

MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

Termo de Referência 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO	14/05/2026 08:39 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		018/2026

1. Definição do objeto

1.1. Contratação do serviço odontológico especializado, de natureza hospitalar, na área de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, destinados ao atendimento de pacientes do Hospital da Vida, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE PLANTÃO 24 h
1	5908	Contratação do serviço odontológico especializado, de natureza hospitalar, na área de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, destinados ao atendimento de pacientes do Hospital da Vida.	Plantão de Sobreaviso de 24 h.	365

1.2. Da natureza do objeto

1.2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 786, de 09 de novembro de 2021.

1.3. Da modalidade de contratação

1.3.1. Será adotada a modalidade **Pregão**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza **contínua e essencial** do serviço a ser contratado, cuja execução demanda prestação ininterrupta para atendimento das necessidades assistenciais do Hospital da Vida.

1.4. Da Subcontratação

1.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A subcontratação somente seria cabível em casos de execução complexa que justificassem a participação de terceiros com base nos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não se aplica ao presente certame. Assim, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial, uma vez que os serviços deverão ser prestados exclusivamente por profissionais vinculados à Contratada.

1.5. Do tratamento diferenciado

1.5.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado e simplificado previsto para as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 331/2017, considerando que o valor estimado global do item ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00. No entanto, serão garantidos os demais benefícios previstos na legislação para essas categorias.

1.6. Do critério de julgamento

1.6.1. O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço por Item**.

1.7. Do intervalo entre lances

1.7.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, tanto intermediários quanto os que cobrirão a melhor oferta, será de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

1.8. Do modo de disputa

1.8.1. O modo de disputa será **aberto e fechado**.

1.9. Da vedação à participação em consórcio

1.9.1. Não será admitida a participação de **consórcios**, devido a prestação de serviços médicos, exigir um alto grau de especialização técnica e responsabilidade individual. Quando um consórcio é formado por diversas empresas, a atribuição clara de responsabilidades pode ser prejudicada, uma vez que as empresas consorciadas podem ter diferentes áreas de atuação e especialização. Isso pode dificultar a garantia de que a equipe técnica fornecida será especializada e qualificada na área, comprometendo a qualidade do atendimento prestado.

1.10. Da vedação à participação de cooperativas.

1.10.1. Não será admitida a participação de **cooperativas**. A vedação fundamenta-se na observância ao Princípio Constitucional da Eficiência (Art. 37 da Constituição Federal), uma vez que a participação de cooperativas poderia dificultar a gestão contratual, especialmente no que se refere à assinatura de aditivos e autorizações de pagamento, que exigiriam anuência de todos os cooperados, comprometendo a agilidade e a eficácia da execução contratual.

1.11. Da vigência do contrato

1.11.1. A vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia condicionada à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, nos termos dos artigos 106 e 107 da lei nº 14.133 /2021, respeitando a **vigência máxima decenal de 10 (dez) anos**, conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, e desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto da legislação vigente.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação de empresa especializada na prestação **Serviço odontológico especializado, de natureza hospitalar, na área de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial (Bucomaxilo), destinado ao atendimento dos pacientes em internação no Hospital da Vida**. justifica-se pela necessidade de garantir atendimento técnico especializado e ininterrupto aos pacientes internados no Hospital da Vida – HV/FUNSAUD que apresentem traumas faciais, fraturas maxilofaciais, infecções odontogênicas graves, abscessos cervicofaciais e outras condições clínicas que demandem avaliação e intervenção especializada em caráter de urgência ou emergência. A execução do serviço em ambiente hospitalar é indispensável para assegurar a continuidade da assistência e reduzir riscos clínicos decorrentes da ausência ou atraso na intervenção especializada.

2.2. A presença do serviço de **Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial integrado à rotina hospitalar** permite o atendimento precoce e resolutivo de pacientes críticos, especialmente aqueles internados em unidades de terapia intensiva (UTI), clínica médica, pronto atendimento e unidades cirúrgicas, promovendo a estabilização clínica, a prevenção de complicações infecciosas e funcionais, a redução do tempo de internação e a melhoria dos desfechos assistenciais.

2.3. A contratação contempla a disponibilização de **profissionais cirurgiões-dentistas devidamente habilitados**, com formação específica em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, aptos a atuar em ambiente hospitalar, observando os protocolos assistenciais, normas sanitárias, éticas e de biossegurança vigentes, em integração direta com as **equipes multiprofissionais da unidade** e com o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH), assegurando cuidado integral, seguro e interdisciplinar aos pacientes internados.

2.4. Ressalta-se que o presente contrato tem por objeto exclusivamente a prestação de **serviços odontológicos especializados em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial**, cabendo à **equipe assistencial do Hospital da Vida** a solicitação do atendimento e a definição da conduta inicial, sendo de responsabilidade da contratada a avaliação especializada, a execução dos procedimentos indicados e o acompanhamento do paciente, conforme protocolos institucionais e diretrizes técnicas aplicáveis.

2.5. A contratação deste serviço atende a uma demanda estratégica, permanente e essencial da rede pública de saúde, visando garantir a resolutividade, integralidade e continuidade da assistência hospitalar, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e com os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, economicidade, universalidade e segurança do paciente, assegurando à população acesso a atendimento especializado, oportuno e de qualidade.

3. Descrição da solução

3.1. O presente processo de licitação tem como objetivo a Serviço odontológico especializado, de natureza hospitalar, na área de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial (Bucomaxilo), destinado ao atendimento dos pacientes em internação no Hospital da Vida, compreendendo a disponibilização de **profissionais cirurgiões-dentistas devidamente habilitados**, em regime de sobreaviso, para atendimento de urgência e emergência a pacientes internados no Hospital da Vida – HV/FUNSAUD, bem como a execução dos procedimentos clínicos e cirúrgicos inerentes à especialidade, em conformidade com os protocolos institucionais e normativas técnicas vigentes.

3.2. Após análise das possíveis alternativas de solução para atendimento da demanda, verificou-se que a forma mais viável, eficiente e adequada para a contratação dos **serviços odontológicos especializados em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial** é a realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço com características usuais de mercado, apto à competição entre fornecedores, assegurando os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, celeridade e economicidade, bem como a transparência do certame.

3.3. O objeto a ser contratado compreende serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações técnicas usuais de mercado, permitindo sua contratação por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**. Poderão participar do certame pessoas jurídicas legalmente constituídas, que atendam às exigências do edital e de seus anexos, e que comprovem capacidade técnica para a prestação de **serviços odontológicos especializados compatíveis com o objeto da licitação**, especialmente no atendimento em **Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial em ambiente hospitalar**.

4. Requisitos da contratação

4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente;

4.1.2. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial às normativas do Ministério do Trabalho;

4.1.3. Os serviços objeto do presente certame serão executados diariamente por meio de plantão de sobreaviso, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa da Instituição, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria;

4.1.4. Além do atendimento aos requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante.

4.2. São requisitos de qualificação técnica:

4.2.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.3. DA JUSTIFICATIVA ACERCA DA NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO

4.3.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.3.2. A contratação dos serviços em tela tem natureza continuada por serem necessários ao atendimento das necessidades das atividades do Hospital da Vida, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da instituição.

4.3.3. Além de ser prestado de forma contínua, a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

4.3.4. Ressalta-se que a prestação do serviço aqui estudado não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.4.3. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro, fiança bancária e título de capitalização, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação para assinatura do contrato.

4.4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.5. DA VISTORIA

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é optativa, sendo ofertada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h às 15h; pelo e-mail: dm.hvida@dourados.ms.gov.br.

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.5.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus decorrentes.

4.6. Requisitos Temporais

4.6.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6.2. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até **07 (sete) dias corridos** após a emissão da ordem serviço, garantindo a imediata disponibilidade do serviço **especializado em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial** no Hospital da Vida – HV/FUNSAUD.

5.2. Fluxo assistencial e forma de atendimento

5.2.1. O atendimento em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial ocorrerá mediante **solicitação da equipe médica assistente ou plantonista** do Hospital da Vida, sempre que identificada a necessidade de avaliação ou intervenção especializada em pacientes internados, em caráter de urgência ou emergência.

5.2.2. A empresa contratada será responsável por disponibilizar profissional habilitado para **avaliação clínica especializada**, definição de conduta e execução dos procedimentos bucomaxilofaciais indicados, conforme a necessidade clínica do paciente e os protocolos institucionais vigentes.

5.2.3. Para a execução dos atendimentos e procedimentos, a **Contratada** deverá disponibilizar cirurgiões-dentistas devidamente habilitados em **Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial (Bucomaxilo)**, em quantidade suficiente para garantir a adequada prestação do serviço e a continuidade do cuidado assistencial.

5.3. Regime de funcionamento e responsabilidades da CONTRATADA

5.3.1. A CONTRATADA deverá garantir a **execução ininterrupta dos serviços**, em regime de **sobreaviso 24 (vinte e quatro) horas por dia**, 7 (sete) dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, assegurando **resposta imediata** às solicitações médicas para pacientes internados em qualquer setor do Hospital da Vida.

5.3.2. É **vedada a cobrança de qualquer valor aos pacientes atendidos**, sendo a CONTRATADA integralmente responsável por quaisquer cobranças indevidas realizadas por seus profissionais ou prepostos.

5.3.3. A CONTRATADA será **exclusivamente responsável** pela contratação, gerenciamento, supervisão e substituição dos profissionais necessários à execução dos serviços de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, arcando integralmente com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, **sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE**.

5.3.4. Cabe à CONTRATADA substituir, de forma imediata, os profissionais em casos de ausência, férias, afastamentos ou desligamentos, mantendo **o mesmo nível de qualificação técnica**, devendo os profissionais estar devidamente **vinculados ao CNES da unidade contratada**, quando aplicável.

5.3.5 A substituição de profissionais deverá ocorrer de forma **imediata e definitiva**, com **comunicação formal à CONTRATANTE**, admitindo-se, para tal, o envio por meio eletrônico (e-mail), sem prejuízo de outros meios contratuais.

5.4. Integração institucional e protocolos assistenciais

5.4.1. A dinâmica de atendimento deverá respeitar os **protocolos clínicos e fluxos institucionais** do Hospital da Vida, integrando-se às equipes assistenciais, especialmente às unidades de **UTI Adulto, Pronto-Socorro, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Centro Cirúrgico**, bem como ao **Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH/CCIH)**.

5.4.2. A CONTRATADA deverá participar, sempre que solicitado, da **elaboração, revisão e atualização de protocolos clínicos** relacionados à Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, observando as normas assistenciais, administrativas e a legislação aplicável ao SUS.

5.4.3. O atendimento especializado será prestado em **regime de sobreaviso 24 horas**, conforme solicitação dos médicos plantonistas, assistenciais ou de outras especialidades, de acordo com a regulação interna da unidade hospitalar.

5.5. Tempo de resposta e registros assistenciais

5.5.1. O profissional de sobreaviso deverá se apresentar:

5.5.1.1. Em até 30 minutos para emergências;

5.5.1.2. Em até 2 horas para urgências;

5.5.1.3. Em até 6 horas para demais atendimentos, como nos casos de consulta interclínica.

5.5.2. A CONTRATADA deverá emitir e responder, sempre que solicitada, a **relatórios técnicos, registros clínicos e requisições periciais**, quando aplicável.

5.5.3. É obrigação da CONTRATADA manter **todos os registros e evoluções clínicas atualizados** no prontuário do paciente e nos sistemas informatizados utilizados pela FUNSAUD, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos e procedimentos realizados.

5.5.4. Prescrições médicas, solicitações de exames, procedimentos e encaminhamentos deverão ser registrados nos sistemas institucionais da FUNSAUD ou em formulários por ela disponibilizados.

5.6. Prevenção e controle de infecções.

5.6.1. Deverão ser rigorosamente cumpridas as medidas de **prevenção e controle das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS)**, conforme definido pelo Programa de Controle de Infecção Hospitalar e pelas normativas vigentes da ANVISA.

5.6.2. Todas as rotinas assistenciais relacionadas à atuação bucomaxilofacial deverão estar alinhadas e validadas, quando aplicável, pelo **SCIH/CCIH** do Hospital da Vida.

5.6.3. A equipe da CONTRATADA deverá observar as **precauções padrão e específicas por via de transmissão**, em conformidade com os protocolos institucionais e normativas sanitárias.

5.6.4. A CONTRATADA deverá colaborar com o CCIH na **notificação imediata de eventos adversos, infecções ou intercorrências relevantes**, contribuindo para a segurança do paciente.

5.6.5. A CONTRATADA deverá manter **planos de contingência** para intercorrências clínicas relacionadas à sua atuação, com comunicação imediata à equipe médica assistente e à Direção Técnica.

5.7. Local e horário da prestação dos serviços.

5.7.1. Os serviços serão prestados no **Hospital da Vida – FUNSAUD**, localizado na Rua Toshinobu Katayama, nº 949, Jardim Caramuru, CEP 79806-030, Dourados/MS

5.7.2. O atendimento ocorrerá em **escala de sobreaviso 24 horas**, conforme solicitação dos médicos plantonistas ou assistenciais, mediante regulação interna.

5.8. Aspectos relevantes sobre o atendimento

5.8.1. O Hospital da Vida é unidade de referência para **urgência e emergência** na macrorregião de Dourados, atendendo pacientes de média e alta complexidade, inclusive aqueles que demandam **atendimento bucomaxilofacial especializado**.

5.8.2. Os serviços de Cirurgia e Traumatologia Bucamaxilofacial são fundamentais para o manejo de pacientes vítimas de traumas, infecções graves e complicações cirúrgicas, garantindo continuidade assistencial, segurança do paciente e redução de riscos clínicos.

5.8.3. A execução técnica qualificada, associada à integração multiprofissional e à regulação assistencial eficiente, assegura resultados clínicos favoráveis, atendimento humanizado e conformidade com os princípios do SUS, da FUNSAUD e da ética profissional.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a FUNSAUD poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratado. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. As atividades do fiscal técnico serão conduzidas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 21 do Decreto Municipal nº 2.097 de 23 de março de 2023. Este artigo define que o fiscal técnico tem como atribuição principal o acompanhamento detalhado da execução do objeto contratual, assegurando que os serviços ou produtos entregues atendam aos requisitos técnicos especificados no contrato.

6.7.1. A Fiscalização Técnica ficará a cargo do Diretor Técnico Médico Clínico, **Gecimar Teixeira Junior**, e do Diretor Clínico, **José Raul Espinosa Cacho**.

6.8. As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, de acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas.

6.8.1. Incluindo a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais.

6.8.2. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

6.8.3. A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino** e **Gisele Manvailer Silva**.

6.9. As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

6.9.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos **Leila Lara Silva Escobar Tavares**.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização da análise de risco não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão atestados provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.4. O prazo disposto no item anterior será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança oriunda do contratado, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.

7.9.1. Quando forem detectadas inconsistências, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA, que terá prazo de até 3 (três) dias para apresentar as correções e/ou justificativas.

7.9.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, ou imediatamente, a depender do caso os motivos que impossibilitem o cumprimento da obrigação no prazo previsto, com a devida comprovação.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Sendo concedido à contratada o prazo de até 3 (três) dias, a contar da notificação, para correção.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. (Art. 20, VIII, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023);

7.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º do Decreto nº 2.894, de 19 de janeiro de 2024.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. o prazo de validade;

7.18.2. a data da emissão;

7.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. o valor a pagar; e

7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação formal pela contratante, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do Prazo de Pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º, do Decreto nº 2.894, de 19 de janeiro de 2024.

7.27. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**.

Da Forma de Pagamento

7.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento Menor Preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- 8.15.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16.** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.17.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.19.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de não emprego de menores.
- 8.20.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.
- 8.21.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.23.** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Crédito, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- a. Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo previsto no edital;
 - b. Na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial as licitantes poderão apresentar a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial positiva, devendo ainda, anexar algum dos seguintes documentos:
 - (i) Certidão emitida pela instância judicial competente, atestando que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente a participar de certames licitatórios;
 - (ii) Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (em se tratando de empresas em recuperação judicial) ou;
 - (iii) Comprovação da homologação judicial do plano de recuperação (em se tratando de empresas em recuperação extrajudicial).
- 8.24.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:
- 8.24.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.24.1.1.** A exigência de comprovação dos índices constantes no item anterior justifica-se pela necessidade de verificar a capacidade econômico-financeira da licitante para suportar os compromissos decorrentes da execução contratual, assegurando que a futura contratada possua condições de adimplir suas obrigações de curto e longo prazo sem comprometer a continuidade e a regularidade dos serviços prestados à Administração, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021. Os índices adotados correspondem aos parâmetros usualmente aceitos na prática administrativa como suficientes para demonstrar situação financeira saudável e apta à execução do objeto contratado.
- 8.24.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.24.3.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional de odontologia, em plena validade.

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.33. Razão social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor.

8.34. Descrição do objeto contratado.

8.35. Período de Execução dos Serviços.

8.36. Assinatura e nome legível do responsável pela gestão do fornecimento do objeto.

8.37. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.39. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.40. No prazo de 08 (oito) dias após a assinatura do contrato, a licitante deverá apresentar a relação dos integrantes do seu corpo clínico, que desempenharão os serviços, com os seguintes dados e documentos:

I. Curriculum Vitae;

II. Cópia autenticada do Diploma Frente e Verso do(s) Profissional(is) que prestará(ão) o serviço;

III. Cópia autêntica de Comprovação de especialidade;

IV. Comprovante de registro e regularidade da empresa junto ao CRO/MS;

V. Cópia do RG, CPF, Título de Eleitor, Comprovante de residência, Cartão SUS;

VI. Registro do profissional junto ao CRO/MS;

VII. Comprovação de que o profissional responsável pela execução dos serviços possui **especialização em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial**, reconhecida pelo **Conselho Federal de Odontologia (CFO)**, mediante apresentação de **certidão ou registro da especialidade junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO)** competente.

VIII. Comprovar o vínculo do(s) profissionais que prestarão o serviço com a proponente através de pelo menos um dos documentos abaixo:

- a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado;
- b) Cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
- c) Cópia do Contrato Social em se tratando de empresa S.A, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor;
- d) Cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o preponente.

8.41. Comprovante de regularidade junto ao Conselho Regional

8.41.1. Comprovante de regularidade junto ao **Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul (CRO-MS)**, aplicável à pessoa jurídica contratada, bem como aos **cirurgiões-dentistas** que atuarão na execução dos serviços.

I. Para empresa não sediada no Estado de Mato Grosso do Sul que ainda não possua inscrição junto ao CRO-MS, deverá ser apresentada a comprovação de regularidade perante o **Conselho Regional de Odontologia** da unidade federativa de sua sede.

II. Nessas hipóteses, no momento do início da execução dos serviços, a empresa vencedora deverá apresentar o **protocolo de solicitação de inscrição** junto ao CRO-MS, devendo apresentar a **certidão definitiva de inscrição** no prazo máximo indicado no protocolo.

III. Independentemente da sede da empresa, todos os profissionais indicados para a prestação dos serviços deverão comprovar regularidade junto ao **CRO-MS**, ou, quando possuírem registro em outro Estado, apresentar a comprovação de regularidade no respectivo Conselho de origem, acompanhada do protocolo de solicitação de inscrição/transferência para o CRO-MS, observado o mesmo prazo estabelecido no protocolo.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 489.191,25

9.1. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o **Decreto Municipal nº 787/2021**, emitido pela Prefeitura Municipal de Dourados, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços pelo Município de Dourados e suas autarquias e fundações.

9.2. A pesquisa de preços buscou abranger o maior número possível de fontes, com o objetivo de refletir, com a maior fidedignidade possível, os valores efetivamente praticados no mercado para o objeto desta contratação.

9.3. Para a composição do valor estimado, foram consultadas diferentes fontes, tais como: **Painel de Preços do Governo Federal, ComprasGov e banco de preços** e Considerando a natureza especializada do objeto foi realizada também a **consulta direta a prestadores** de serviços atuantes no ramo e na região, com o objetivo de obter valores mais aderentes à realidade do mercado local. Registra-se que as respostas obtidas, bem como as manifestações negativas e as solicitações não respondidas, encontram-se devidamente anexadas aos autos do processo, em observância aos princípios da transparência, e eficiência administrativa.

9.4. A partir dos valores obtidos, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados, com cálculo de **média simples, desvio padrão, limites superior e inferior** e, ao final, **média saneada**, mediante exclusão de valores que se situaram abaixo ou acima dos limites estabelecidos.

9.5. Assim, os valores estimados mostram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços realizadas e na **Planilha de Orçamento Médio**, anexada aos autos do processo.

9.6. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 489.191,25** (quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e um reais e vinte e cinco centavos). conforme demonstrado no quadro abaixo.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE PLANTÃO 24 h	VALOR DO PLANTÃO DE SOBREAVISO
1	5916	Contratação do serviço odontológico especializado, de natureza hospitalar, na área de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, destinados ao	Plantão de Sobreaviso de	365	R\$ 1.340,25

		atendimento de pacientes do Hospital da Vida.	24 h.		
Valor Total					489.191,25

****EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTE NOS ANEXOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA E O RESPECTIVO CÓDIGO DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS(CATSERV) DO COMPRASNET, PREVALECEM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.****

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

10.1.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209 /2022/SEMS/PMD de 05/08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 174/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

11. Alinhamento entre Contratação e o PCA

11.1. No ano 2025 não foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2026, portanto o mesmo não previu a contratação do **serviço odontológico especializado, de natureza hospitalar, na área de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial (Bucomaxilo), destinado ao atendimento dos pacientes em internação no Hospital da Vida.**

11.2. A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados, para o ano de 2026 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

11.3. Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

11.4. O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em *vacatio legis*, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

11.5. Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual , em 2026 para valer no ano de 2027.

12. Obrigações do Contratante e Contratado

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA assume a responsabilidade pela utilização adequada e segura de todos os equipamentos odontológicos necessários à prestação dos serviços, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de mau uso.

12.2. A CONTRATADA deverá conferir, em conjunto com a CONTRATANTE, os equipamentos e materiais que serão utilizados, garantindo a segurança dos pacientes e a correta execução dos procedimentos.

12.3. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer defeito ou avaria em equipamentos ou materiais que comprometam a segurança dos pacientes ou a execução dos serviços.

12.4. Apresentar relatórios, prontuários ou informações necessárias à fiscalização, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

12.5. Esclarecer de imediato aos pacientes ou responsáveis sobre seus direitos e justificativas técnicas para a não realização de qualquer procedimento odontológico.

- 12.6.** Garantir o registro de todos os atendimentos odontológicos em prontuários, com carimbo e assinatura legível do cirurgião-dentista responsável, incluindo número do Conselho Regional de Odontologia (CRO).
- 12.7.** Realizar atendimentos conforme os protocolos e diretrizes clínicas odontológicas da instituição, participando na elaboração e revisão de protocolos e ações permanentes.
- 12.8.** Não utilizar pacientes para experimentação e restringir os procedimentos às práticas reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia.
- 12.9.** Fornecer ao paciente ou seu responsável orientações por escrito para cuidados pós-tratamento. Não compartilhar credenciais, senhas ou dispositivos de autenticação fornecidos para uso exclusivo dos serviços, assumindo total responsabilidade pelo uso.
- 12.10.** Assumir a responsabilidade integral pelo plantão sobreaviso sob sua incumbência, mantendo - se disponível para atendimento quando acionado, assegurando que todas as informações clínicas e administrativas pertinentes aos pacientes sejam devidamente registradas em prontuário.
- 12.11.** Trabalhar de forma integrada com a Ouvidoria SUS e responder dentro do prazo estipulado a quaisquer manifestações.
- 12.12.** Garantir atenção continuada aos pacientes submetidos a tratamentos odontológicos clínicos.
- 12.13.** Manter a qualidade dos serviços, estando sujeita à fiscalização permanente da FUNSAUD.
- 12.14.** Informar à FUNSAUD sobre qualquer alteração que impacte a qualificação dos profissionais ou dos serviços prestados.
- 12.15.** Participar de treinamentos e reuniões obrigatórias, conforme estipulado pela CONTRATANTE.
- 12.16.** Organizar a dinâmica de atendimento conforme os fluxos de trabalho praticados pela instituição, garantindo suporte ao paciente.
- 12.17.** Substituir imediatamente qualquer profissional quando solicitado, garantindo a continuidade do serviço, e informar por escrito à CONTRATANTE.
- 12.18.** Fornecer relatórios técnicos à CONTRATANTE para auditoria e verificação da qualidade dos atendimentos e conformidade com a legislação vigente.
- 12.19.** Informar, no prazo de até 30 (trinta) dias, sobre qualquer alteração no contrato social, com documentação comprobatória registrada nos órgãos competentes.
- 12.20.** Manter os profissionais cirurgiões-dentistas devidamente registrados no Conselho Regional de Odontologia e no CNES.
- 12.21.** Elaborar e atualizar protocolos de atendimento odontológico, conforme as diretrizes da CONTRATANTE. Disponibilizar mensalmente a escala do mês subsequente, contendo o telefone de contato dos profissionais em plantão presencial.
- 12.22.** Participar de treinamentos, palestras, seminários e reuniões clínicas quando solicitado pela CONTRATANTE. Cumprir todas as disposições e prazos estabelecidos no contrato.
- 12.23.** Observar todas as legislações pertinentes, incluindo normas ambientais e de segurança. Informar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade na execução dos serviços.
- 12.24.** Participar da elaboração e revisão de protocolos e diretrizes terapêuticas, seguindo as normas assistenciais e administrativas da CONTRATANTE.
- 12.25.** Responder civil, penal e administrativamente por danos causados a pacientes decorrentes de ação ou omissão na prestação dos serviços.
- 12.26.** Elaborar e enviar mensalmente a escala de profissionais até o 20º (vigésimo) dia do mês anterior, em formato digital assinado.
- 12.27.** Obter autorização prévia da CONTRATANTE para instalação de equipamentos nos setores assistenciais ou administrativos.
- 12.28.** Todos os impressos utilizados deverão ser emitidos em papel timbrado da CONTRATANTE.
- 12.29.** Permitir auditorias a qualquer momento, sem aviso prévio, pela CONTRATANTE, com relação aos atendimentos odontológicos.
- 12.30.** Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações confidenciais relacionadas ao contrato e à CONTRATANTE.
- 12.31.** Observar e aplicar os princípios do Código de Ética Odontológica, realizando os atendimentos conforme o Programa de Humanização e priorizando o atendimento humanizado.

12.32. Realizar procedimentos com base nas melhores evidências científicas e conforme as orientações da CONTRATANTE.

12.33. Realizar a execução dos serviços de acordo com critérios e diretrizes estabelecidos neste Termo de Referência, em consonância com as Normas e Resoluções do Conselho Federal de Odontologia e demais Conselhos de Classe envolvidos.

12.34. A CONTRATADA prestará o serviço de atendimento odontológico em caráter de urgência e emergência, nos procedimentos que se fizerem necessários após avaliação das condições operacionais da Instituição, assumindo a responsabilidade do paciente desde a admissão até a alta ou encaminhamento.

12.35. Não compartilhar senhas, códigos, tokens, crachás, cartões de acesso ou quaisquer outros meios de autenticação fornecidos para uso exclusivo dos serviços, cuja utilização ocorrerá sob total responsabilidade da CONTRATADA.

12.36. Disponibilizar informações necessárias e trabalhar de forma integrada com a Ouvidoria SUS, respondendo no prazo determinado às manifestações encaminhadas.

12.37. Assegurar atenção continuada a todos os pacientes submetidos a tratamentos odontológicos clínicos. Manter a qualidade dos serviços e sujeitar-se à fiscalização permanente da FUNSAUD.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.38. Exigir o cumprimento das obrigações contratuais da CONTRATADA, conforme estipulado no contrato e seus anexos. Receber o objeto do contrato conforme o prazo e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.39. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer vícios, defeitos ou incorreções, solicitando correções ou substituições, às expensas da CONTRATADA.

12.40. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestando na nota fiscal/fatura a efetiva prestação dos serviços.

12.41. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato.

12.42. Aplicar sanções à CONTRATADA em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

12.43. Notificar a CONTRATADA sobre solicitações, reclamações ou requerimentos pertinentes à execução do contrato.

12.44. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias.

12.45. Supervisionar, monitorar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, comunicando formalmente eventuais deficiências.

12.46. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados.

12.47. Aferir a qualidade do atendimento prestado pelos profissionais da CONTRATADA, solicitando substituições quando necessário.

12.48. Informar à CONTRATADA, por escrito, as razões para a rejeição de serviços contratados.

12.49. Designar servidor para acompanhamento e fiscalização do contrato, atestando a execução do objeto contratual. Comunicar à CONTRATADA sobre eventuais glosas nas faturas de pagamento.

12.50. Adotar as providências necessárias para garantir a plena realização dos serviços, conforme regulamentos, ordens de serviço e autorizações internas.

12.51. Fornecer materiais e medicamentos padronizados pelo SUS, conforme as prescrições dos profissionais da CONTRATADA.

13. Do Reajuste

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.2. Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. Infrações e Sanções Administrativas

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante ou o Contratado que:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

14.2.4. Multa:

14.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas na alínea “g”, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

14.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4.3. A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório ou na contratação direta, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

14.2.4.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação vigente.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

14.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE RAUL ESPINOSA CACHO

Diretor Médico Clínico



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 12:31:45.

GECIMAR TEIXEIRA JUNIOR

Diretor Médico Técnico



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 14:42:09.

Despacho: Revisado por:

MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO

Supervisora de Compras



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 11:37:50.

Despacho: Revisado por:

MARCIO ROMEIRO DE AVILA

Coordenador de Planejamento



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 11:44:32.

Despacho: Autorizado por:

MARIA IZABEL DE AGUIAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 08:39:45.